



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 54/XIV/ 1.ª SL

Aos 15 dias do mês de julho de 2020, pelas 15:30 horas, reuniu a Comissão de Orçamento e Finanças, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Formato misto (presencial + videoconferência)

1. Aprovação das atas n.º 42 e 43;

2. Votação do Relatório da Audição do Prof. Doutor Mário José Gomes de Freitas Centeno, no âmbito da proposta de designação para o cargo de Governador do Banco de Portugal;

Relator: Deputado João Paulo Correia

3. Votação do Parecer da iniciativa europeia COM (2020)234 - "Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa às contribuições financeiras a pagar pelos Estados-Membros para financiar o Fundo Europeu de Desenvolvimento, incluindo a segunda parcela de 2020";

Relator: Deputado Jorge Paulo Oliveira

4. Votação do Parecer da iniciativa europeia COM (2020)443 - "Proposta alterada de REGULAMENTO DO CONSELHO que estabelece o quadro financeiro plurianual para o período de 2021 a 2027";

Relator: Deputado Carlos Pereira

5. Definição da metodologia de apreciação do Projeto de Resolução n.º 554/XIV/1.ª (PAN) - "Recomenda ao Governo que possibilite a execução da totalidade da dotação orçamental de 2020 destinada a despesas com pessoal da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos";

6. Discussão e votação de requerimento apresentado pelo DURP IL, para envio por parte do Ministério das Finanças, com carácter de urgência, do Plano de Liquidez da TAP;



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 54/XIV/ 1.ª SL

7. Fixação da redação final do Projeto de Lei n.º 350/XIV/1.ª (PCP) - "Estabelece medidas fiscais de apoio às micro, pequenas e médias empresas";

8. Outros assuntos.

Formato misto (presencial + videoconferência)

1. Aprovação das atas n.º 42 e 43;

Colocadas conjuntamente à votação, as atas foram aprovadas por unanimidade, na ausência do BE e do CH.

2. Votação do Relatório da Audição do Prof. Doutor Mário José Gomes de Freitas Centeno, no âmbito da proposta de designação para o cargo de Governador do Banco de Portugal;

Relator: Deputado João Paulo Correia

O Senhor Presidente começou por recordar que estaria em causa votar o relatório descritivo da audição realizada à personalidade indigitada para o cargo de Governador do Banco de Portugal, conforme previsto no n.º 2 do artigo 27.º da Lei Orgânica do Banco de Portugal, na sua redação atual.

De seguida, o senhor Deputado João Paulo Correia (PS) apresentou o relatório, começando por referir que optou por transcrever integralmente a audição, seguindo o exemplo do relatório elaborado em 2015 a respeito da audição de recondução do Senhor Governador Carlos Costa, a única efetuada ao abrigo da atual redação da Lei Orgânica do Banco de Portugal. De seguida, expôs, sucintamente, as posições manifestadas, quer pelo Prof. Doutor Mário Centeno, quer pelos partidos.

O Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (DURP do IL) pediu a palavra para dizer que iria votar contra o relatório, salientando que a grande dificuldade seria escolher, de entre todos motivos que justificam esse voto e que tanto se poderia



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 54/XIV/ 1.ª SL

basear em motivos formais relativos ao próprio relatório, como em motivos substanciais, nomeadamente, os vários conflitos de interesses que se perfilam e, bem assim, na falta de consenso alargado por parte dos partidos, quanto à personalidade indigitada.

De seguida, o senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) interveio para salientar que o que a Comissão está a votar não é indigitação do Dr. Mário Centeno – sendo, quanto a esta, o PSD contra – mas sim o relatório descritivo da audição realizada. Quanto ao modelo de relatório seguido, salientou que este está em linha com o seguido há cinco anos, aquando da indigitação do Dr. Carlos Costa, embora pudesse obviamente ter sido adotado outro modelo, sem que isso infringisse a lei. Não foi essa, contudo, a opção do relator e, na perspetiva do PSD, o relatório reproduz de forma fidedigna a audição, cabendo ao Governo tirar as ilações desse relatório. De seguida, questionou o relator sobre se estaria disponível para incluir nas conclusões um parágrafo onde ficasse referido que, das intervenções dos grupos parlamentares, decorre que apenas o PS entende que o Dr. Mário Centeno reúne condições para ser nomeado Governador do Banco de Portugal, dizendo entender que tal conclusão é factual e que concretizaria melhor o resultado dessa audição. Concluiu, por fim, que poderá votar-se contra este relatório por motivos políticos, mas não pelo facto de este não corresponder ao ocorrido na audição, tendo de seguida saudado o Senhor Deputado João Paulo Correia, pelo trabalho realizado.

O senhor Deputado André Silva (PAN) começou por agradecer ao Senhor Deputado o relatório, que é fiel ao que se passou em Comissão. Referiu de seguida que resulta da audição que, nenhum partido, à exceção do PS, concorda com a nomeação do Dr. Mário Centeno, mas que tal não inviabilizará a sua nomeação, o que é lamentável, tanto mais quanto é certo que está aprovada na generalidade uma proposta do PAN, que prevê que esta Comissão emita um parecer ao invés de um mero relatório descritivo. Disse por fim que o PAN votará contra porque não só não concorda com o processo de nomeação do Governador do Banco de Portugal mas também porque o Dr. Mário Centeno não reúne as condições éticas e políticas para ser nomeado para o cargo.



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 54/XIV/ 1.ª SL

A senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) tomou a palavra, começando por cumprimentar o relator e dizer que a discussão que iria ali ter não tem a ver com o seu relatório, lamentando aliás que esta discussão estivesse a ser tida neste contexto. De seguida, reiterou que o CDS-PP sempre entendeu que esta nomeação não deveria ocorrer na pendência do processo legislativo em curso, lembrando o requerimento do CDS-PP, que foi chumbado, para que fosse concluído o processo antes da nomeação. Salientou que este Governador não terá a independência necessária para exercer o cargo e que lamenta muito que esta discussão esteja a ser tida no âmbito da votação de um relatório meramente descritivo, mas que se tornou o único momento em que os partidos têm a possibilidade de se manifestar quanto à personalidade indigitada, reiterando que o CDS-PP é contra essa indigitação e que irá votar contra o relatório.

De seguida, o senhor Deputado Duarte Alves (PCP) tomou a palavra, começando por cumprimentar o relator quanto ao relatório, que é factual. Reiterou que é fundamental que o Banco de Portugal passe a ter um papel soberano deixando de ser mera sucursal do BCE e que a nomeação do Dr. Mário Centeno não garante que assim passe a ser. Reiterou ainda todos os argumentos pelos quais entende que o Dr. Mário Centeno não tem condições para ser Governador e que se encontram plasmados no relatório descritivo, dizendo por fim que o PCP irá apresentar uma declaração de voto, para que não se confunda o sentido de voto quanto ao relatório descritivo, com a posição do partido quanto à nomeação da personalidade.

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) tomou a palavra para dizer que o PS se revê na forma como o relatório foi elaborado e na sua natureza descritiva. Mais disse entender que está aqui em causa a apreciação do relatório e não a apreciação da nomeação do Dr. Mário Centeno, entendendo contudo que nem sempre é fácil fazer esta distinção. Reiterou de seguida a manifesta concordância do PS quanto à nomeação do Dr. Mário Centeno, que entende possuir as condições para o exercício do cargo.



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 54/XIV/ 1.ª SL

O senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) pediu novamente a palavra, para interpelar o Relator quanto à questão efetuada previamente relativa à inserção de um parágrafo nas conclusões que referisse que apenas o PS é favorável à nomeação, o qual permitiria completar o relatório. Em resposta, o Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) disse entender que a inserção de tal paragrafo não reproduziria de forma fiel as intervenções, tendo rejeitado a sugestão. O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) retorquiu que isso iria condicionar o sentido de voto e que, assim sendo, seria apresentada uma declaração de voto do PSD.

Colocado à votação, o relatório descritivo foi aprovado com o voto contra do BE, PAN, CDS, IL e o do Senhor deputado Álvaro Almeida (PSD), a abstenção do PSD e PCP e o voto favorável do PS, na ausência do CH.

3. Votação do Parecer da iniciativa europeia COM (2020)234 - "Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa às contribuições financeiras a pagar pelos Estados-Membros para financiar o Fundo Europeu de Desenvolvimento, incluindo a segunda parcela de 2020";

Relator: Deputado Jorge Paulo Oliveira

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD), expôs o parecer de que foi autor, salientando que, quanto ao tema que aborda, não há muito mais dizer do que indicar o montante da participação de Portugal para o Fundo, o que fez. Mais referiu que a matéria não tem dimensão política para ser apreciada pela comissão, o que aliás, de acordo com a pesquisa que fez, nunca aconteceu em anos anteriores, deixando a sugestão de que, no futuro, a comissão opte por não apreciar este tema.

Colocado à votação, o parecer foi aprovado com o voto contra do BE, a abstenção do PCP e o voto favorável do PS, PSD e IL, na ausência do PAN, CDS-PP e CH.

4. Votação do Parecer da iniciativa europeia COM (2020)443 - "Proposta alterada de REGULAMENTO DO CONSELHO que estabelece o quadro financeiro plurianual para o período de 2021 a 2027";

Relator: Deputado Carlos Pereira



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 54/XIV/ 1.ª SL

O Senhor Deputado Carlos Pereira (PSD), expôs o parecer de que foi autor. Expondo a sua opinião, disse fazer votos para que no quadro do Conselho Europeu se possa “chegar a bom porto” e que o país tenha os meios necessários para aplicar as medidas certas, para sair da crise económica e social.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) pediu a palavra para saudar e agradecer o parecer rigoroso quanto a esta matéria muito importante, em particular no momento que atravessamos, deixando, por fim, o desejo de que se concretize o apoio financeiro, para bem da economia portuguesa.

Colocado à votação, o parecer foi aprovado com o voto contra do BE, a abstenção do PCP e o voto favorável do PS, PSD e IL, na ausência do PAN, CDS-PP e CH.

5. Definição da metodologia de apreciação do Projeto de Resolução n.º 554/XIV/1.ª (PAN) - "Recomenda ao Governo que possibilite a execução da totalidade da dotação orçamental de 2020 destinada a despesas com pessoal da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos";

Estando o proponente ausente, este ponto ficou adiado para outra reunião.

6. Discussão e votação de requerimento apresentado pelo DURP IL, para envio por parte do Ministério das Finanças, com carácter de urgência, do Plano de Liquidez da TAP;

O senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (DURP IL) explicou o motivo da apresentação do requerimento que disse entender não carecer de particular explicitação, tendo em conta o interesse no esclarecimento desta importantíssima operação por parte do Parlamento e desta Comissão.

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) disse querer alertar para o facto de, sem prejuízo da importância do tema, este pedido poder ser feito diretamente pelo senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo, ao abrigo do Regimento, não sendo necessária a intervenção da COF.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) pediu a palavra para dizer que entende ambos os argumentos: por um lado os deputados podem fazer diretamente o pedido,



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 54/XIV/ 1.ª SL

mas por outro poderão, por opção política, também fazer o pedido através da Comissão. Dada a importância da matéria nada tem a obstar a este requerimento. No entanto espera que os pedidos de documentos através da comissão sejam feitos apenas pontualmente sob pena de ter que se rever esta posição.

O senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (DURP IL) explicou que desde que é deputado já terá feito mais de cinquenta pedidos de documentos ao Governo cuja resposta demora muito tempo e é insuficiente. Assim, tendo em conta a relevância e urgência do tema, decidiu submeter este requerimento à comissão.

O senhor deputado Duarte Alves (PCP) disse entender que os deputados devem exercer as suas prerrogativas de deputados sem sujeição às maiorias. Sugere que, quando o pedido de documento seja feito através da comissão, este seja encaminhado, e não seja sequer sujeito a votação, sendo decidido por consenso.

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) reiterou a posição do senhor Deputado Duarte Alves (PCP).

O Senhor Presidente, sintetizou as posições manifestadas pelos Senhores Deputados referindo que, não havendo objeção por parte de qualquer Deputado, o pedido será encaminhado pela Comissão, ficando contudo a reflexão conjunta de que, nos termos do Regimento, não há diferença entre os poderes do Deputado e os poderes da Comissão, pelo que, em primeira linha essa avaliação deverá ser efetuada pelo próprio deputado.

7. Fixação da redação final do Projeto de Lei n.º 350/XIV/1.ª (PCP) - "Estabelece medidas fiscais de apoio às micro, pequenas e médias empresas";

Com exceção de duas situações identificadas pelo senhor Deputado Duarte Alves (PCP), as propostas de alteração apresentadas pela DAPLEN foram aceites, por unanimidade, com ausência do BE, CDS, PAN e CH.

O senhor deputado Duarte Pacheco (PSD) pediu a palavra para referir que o comentário feito na página 2 da informação da DAPLEN quanto à eventual inconstitucionalidade de normas é uma ingerência que não pode aceitar. Tanto o



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 54/XIV/ 1.ª SL

senhor deputado Duarte Alves (PCP) como o Senhor Presidente secundaram a opinião manifestada.

8. Outros assuntos.

O senhor presidente referiu que, foi aditado um ponto 2 à reunião da COF, a realizar no dia seguinte, relativo à redação final da proposta de lei de orçamento suplementar.

A reunião foi encerrada às 16:56 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 15 julho 2020.

O PRESIDENTE

(FILIPE NETO BRANDÃO)



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 54/XIV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Alberto Fonseca
Álvaro Almeida
Ana Paula Vitorino
André Silva
Carlos Brás
Cecília Meireles
Duarte Alves
Duarte Pacheco
Eduardo Teixeira
Fernando Anastácio
Filipe Neto Brandão
Hortense Martins
Hugo Carneiro
João Cotrim de Figueiredo
João Gouveia
João Paulo Correia
Margarida Balseiro Lopes
Mariana Mortágua
Miguel Matos
Nuno Sá
Vera Braz
Ana Passos
António Gameiro
Joana Lima
João Paulo Pedrosa
Jorge Paulo Oliveira
Lina Lopes
Pedro Sousa
Sara Madruga da Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Ventura
Ricardo Vicente

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Silva